



CADERNOS DE ESTUDOS SEFARDITAS



1º SEMESTRE 2019

Cadernos de Estudos Sefarditas

DIRECTORA

Maria de Fátima Reis

COMISSÃO CIENTÍFICA

Béatrice Perez

Bruno Feitler

Francesco Guidi-Bruscoli

François Soyer

Jaqueline Vassallo

Filipa Ribeiro da Silva

COMISSÃO EDITORIAL

Carla Vieira

Miguel Rodrigues Lourenço

Susana Bastos Mateus

© Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste

Design da capa: João Vicente

Paginação: Rodrigo Lucas

Tiragem: 100 exemplares

Impressão: LouresGráfica

Data de impressão: Maio de 2019

Depósito legal: 426885/17

ISSN: 1645-1910

Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1600-214 Lisboa

Telef. +351 21 792 00 00

cadernos_sefarditas@letras.ulisboa.pt

<http://cadernos.catedra-alberto-benveniste.org>

Índice

Nota editorial	7
----------------------	---

PARTE I – DOSSIER: JUDEO-CHRISTIAN SEPHARDIC AND IBERIAN IDENTITIES. GUEST EDITOR: CLAUDE STUCZYNSKI

CLAUDE B. STUCZYNSKI – Introduction: What does “Judeo-Christianity” mean in Late Medieval and Early Modern Iberia?	11
ERIKA TRITLE – Many Rivers, One Sea, and the Dry Land: Jews and Conversos in the Political Theology of Alonso de Cartagena	35
NADIA ZELDES – Arguments for a Judeo-Christian Identity in the Writings of Antonio de Ferrariis: Pro-Converso Polemics in Southern Italy	55
AXEL KAPLAN SZYLD – Motivos judeo-cristianos en el pensamiento de Fray Luis de Granada (1504-1588)	81
RONNIE PERELIS – Turning and Turning Towards the Lord: Protestant Ideas and the Religious Journey of Manoel Cardoso de Macedo from Old Christian to Calvinist to Jew	99
ALEXANDER VAN DER HAVEN – Jewish-Christianity and the Confessionalization of Amsterdam’s Seventeenth-Century Portuguese Jewish Community ...	117

PARTE II – ARTIGOS

ELEAZAR GUTWIRTH – <i>Judeo-Mudéjar?: Identities, Letters and Numbers in Toledan Synagogues</i>	147
MARCUS VINICIUS REIS – “Porque sabe que as mulheres são amigas de novidades e curiosidades”: os géneros de mulher feiticeira e de cristã-nova a partir do processo de Simoa de São Nicolau	181
HUGO MARTINS – Os rabinos da comunidade judaico-portuguesa de Hamburgo entre 1652 e 1682	205

PARTE III – RECENSÕES

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS – Anita Novinsky, <i>Viver nos tempos da Inquisição</i> , São Paulo, Perspectiva, 2018	231
CARLA VIEIRA E SUSANA BASTOS MATEUS – Jonathan Karp and Adam Sutcliffe, <i>The Cambridge History of Judaism</i> , vol. 7: <i>The Early Modern World, 1500-1815</i> , Cambridge, Cambridge University Press, 2018	235
Notas biográficas	245
Normas para submissão de artigos	249

do leitor ao tema, ao modo, também, de textos de divulgação – uma vez mais, não vai aqui nenhum sentido de crítica, mas antes um reconhecimento do esforço em alcançar público mais amplo, o que é difícil de fazer com a competência aqui apresentada por Anita Novinsky – instigando a busca de novas leituras, seja de outros autores que investigam os temas tratados na obra, seja na própria produção de Novinsky, aprofundada em outros de seus livros e textos.

Este vasto panorama das diversificadas formas de viver (e sobreviver) em tempos de Inquisição, nos faz percorrer a trajetória da própria autora, e não há aqui nenhuma coincidência, mas antes, um caminho que ela própria ajudou a pavimentar, com os estudos contemporâneos da historiografia brasileira sobre o assunto. Em suas vivências investigativas ao longo de mais de cinquenta anos dedicados ao tema da Inquisição, dos sefarditas e da intolerância, enlaçando os seus escritos, ao mesmo tempo independentes e complementares, com a sensibilidade da compreensão das histórias que se conectam, demonstrando como a atmosfera de medo que reinou na Modernidade lusa deixou marcas indeléveis. Esta, afinal, uma das mais importantes funções do historiador: motivar descobertas, não deixando que o passado seja um porto estrangeiro para o mundo de hoje.

ANGELO ADRIANO FARIA DE ASSIS

Universidade Federal de Viçosa – Brasil
Cátedra de Estudos Sefarditas
Alberto Benveniste

Jonathan Karp and Adam Sutcliffe
(ed.), *The Cambridge History of Judaism*, vol. 7: *The Early Modern World, 1500-1815*, Cambridge, Cambridge University Press, 2018, 1136 pp. ISBN: 978-0-521-88904-9. £ 150.

Ao sétimo volume, *The Cambridge History of Judaism* chega finalmente ao período moderno. Este projecto monumental da Cambridge University Press que conta com 35 anos de existência – o primeiro volume da colecção, dedicado ao período persa, foi editado em 1984 – adoptou desde o início o objectivo de providenciar a informação mais completa e de referência dentro do seu âmbito e de perdurar como um importante recurso académico, segundo as palavras dos editores gerais da colecção e coordenadores do primeiro volume, W. D. Davies e Louis Finkelstein. A sucessão dos vários volumes tem sido, porém, irregular – a publicação do oitavo, dedicado à Idade Contemporânea (ed. Mitchell B. Hart e Tony Michels), precedeu o sétimo, e o último volume publicado da colecção foi o sexto, focado no período medieval (ed. Robert Chazan).

A coordenação deste volume ficou a cargo de Jonathan Karp, da State University of New York, e de Adam Sutcliffe, do King's College de Londres, sem dúvida dois nomes de referência no âmbito da história judaica no período moderno, tal como o são os restantes autores dos 41 capítulos que constituem esta obra. A escolha das contribuições e a coerência dos temas e abordagens parecem-nos sólida, porém, julgamos que poderia ter existido uma aposta mais contundente

na diversidade geográfica, tal como foi feita no âmbito disciplinar. De facto, o volume engloba a colaboração não só de historiadores como também de especialistas em estudos religiosos, literatura, história de arte e cultura material, como é bem frisado pelos editores na introdução. Porém, mais de metade das contribuições (22) provêm de autores vinculados a instituições norte-americanas e mais de um quarto (11) a universidades israelitas. Oito investigadores afiliados a instituições europeias assinam contribuições neste volume: quatro do Reino Unido, dois dos Países Baixos, um da Alemanha e um da França. Esta concentração geográfica, que pretende captar a nova vaga de estudos emergente desde os anos 90 do século passado, é afirmada pelos editores: “We have consciously solicited contributions from North America, Israel, and Europe, in order to ensure that the volume captures current scholarly thinking from these three different regions, each of which tends to generate a somewhat different perspective on the Jewish past” (p. 7). Julgamos, contudo, que as perspectivas seriam ainda mais diversificadas se a obra se abrisse a outras geografias e historiografias.

No capítulo introdutório, Karp e Sutcliffe começam por justificar a cronologia adoptada, considerando os problemas de periodização da Idade Moderna na história judaica e apresentando uma síntese da reflexão historiográfica sobre o assunto, de Jacob Katz a Gershom Scholem, de Jonathan Israel a David Ruderman. A selecção cronológica adoptada pelos editores parte dos primeiros contactos da Europa com

o Novo Mundo e das expulsões nos reinos ibéricos até ao fim das guerras napoleónicas. A perspectiva sobre a Idade Moderna mais consensual neste volume entende-a como um período de transição, marcado pelo impacto de transformações exteriores ao universo estritamente judaico, como a emergência da cultura impressa ou a complexificação dos mecanismos de comércio e produção, mas também pelo carácter pluridimensional e díspar dessas mudanças nos diferentes “mundos judaicos”. Esta constitui a ideia basilar que norteia a organização da obra.

O volume organiza-se numa estrutura tripartida: uma primeira secção que foca seis aspectos considerados determinantes na história dos judeus no Mediterrâneo e na Europa no século XVI e na primeira metade do século XVII (“The World of Early Modern Jewry, c. 1500-1650”); uma segunda parte em que se abordam os processos históricos que moldaram a vida judaica ao longo do período moderno (“Themes and Trends in Early Modern Jewish Life”); e uma secção final, a mais longa, que retrata o “mundo judaico” desde 1650 até 1815 sob uma perspectiva essencialmente geográfica (“The Jewish World, c. 1650-1815”) e que termina com dois capítulos comparativos assinados por Adam Sutcliffe e David Ruderman.

Os três primeiros artigos desta obra, da autoria de Kenneth Stow, de R. Po-Chia Hsia e de Joseph R. Hacker abordam os desafios encontrados pelas comunidades da diáspora subsequente às expulsões ibéricas de finais do século XV na sua integração em sociedades dominadas por outros sistemas religiosos. O primeiro exemplo é

o da Península italiana, espaço de profundas trocas culturais – espelhadas, a título de exemplo, no interesse humanístico pela cultura judaica – mas também de segregação com a construção da estrutura do *ghetto* em diferentes cidades italianas e com o aparecimento de diversos libelos de sangue em cidades do Norte da península. Po-Chia Hsia, por seu turno, apresenta um importante ensaio sobre a presença judaica em meios protestantes, iniciando com uma revisão historiográfica sobre a controversa relação entre Martinho Lutero e os judeus. O seu texto procura apresentar uma reflexão sobre as várias correntes protestantes e a sua visão sobre os judeus e a forma como se procura promover a sua conversão ao cristianismo. Hacker, por fim, analisa o contexto social e político em que se integrou um numeroso grupo de judeus e cristãos-novos que saíram da Península Ibérica desde os finais do século XV. Estudando os assentamentos judaicos em território otomano, Hacker demonstra a predominância sefardita, mormente em termos numéricos, que caracterizou estas comunidades de súbditos otomanos com um estatuto especial (*dhimmi*). A comunidade sefardita em território otomano conseguiu, ao longo do século XVI, ganhar relevância cultural e política, extravasando a sua influência para lá das fronteiras dos territórios do sultão: “within some eighty years, a community that had been formed against the backdrop of mass migration at the end of the fifteenth century was able to reconstitute itself into an integral civilization in which the Iberian element predominated” (p. 111).

Seguem-se três capítulos focados nos contextos políticos, económicos e institucionais que condicionaram a evolução das comunidades judaicas na Europa dos séculos XVI e XVII: Andreas Gotzmann traça o cenário da evolução legislativa e do estatuto político dos judeus, com particular enfoque no espaço do Sacro Império Romano e numa perspectiva comparativa com a Comunidade Polaco-Lituana; Francesca Trivellato analisa o impacto das transformações económicas na relação dos judeus com as sociedades envolventes; e Elisheva Carlebach reflecte sobre uma nova fase da vida comunitária na diáspora que emerge a partir de Quinhentos, caracterizada por uma maior consciencialização das comunidades judaicas sobre o seu lugar num contexto de progressiva centralização política e pela crescente complexificação das suas estruturas. Particularmente interessante é a tentativa de síntese empreendida por Trivellato, que desenha um retrato sócio-económico dos “sefarditas ocidentais” (*western Sephardim*, termo corrente na historiografia para distinguir a diáspora sefardita no Ocidente da que se dirigiu para o Império Otomano após as expulsões dos reinos ibéricos) no período compreendido entre 1500 e 1700. A autora organiza a sua análise em três problemáticas: a relação entre as mudanças comerciais e legislativas nas sociedades europeias e a evolução das actividades económicas desenvolvidas pelos judeus (“from moneylending to commerce”); os níveis de autonomia, insularidade e auto-sustentabilidade das redes comerciais judaicas e a sua integração nas comunidades

mercantis (problemática já desenvolvida por Trivellato na sua obra de 2009, *The Familiarity of Strangers*); e a potencial ligação entre o desenvolvimento de uma mentalidade mercantil direccionada para a busca do lucro e o surgir de uma posição política e social mais favorável aos judeus – em suma, até que ponto a “Era do Mercantilismo” (*The Age of Mercantilism*, termo cunhado por Jonathan Israel) criou os alicerces para a emancipação judaica. Trivellato conclui o seu estudo, questionando a relação directa entre estes dois fenómenos: “Overall, after the mid sixteenth century, commerce favored new forms of toleration for Jews across most of Europe, but it is important to stress that these forms of toleration were tailored to the segregated social and political order of the Old Regime more than they paved the way of emancipation” (p. 164).

A segunda parte do livro – dividida em 21 capítulos – está organizada de forma temática, procurando reflectir alguns dos principais “Themes and Trends” que a historiografia tem privilegiado analisar, como forma de traçar um quadro geral da história judaica da primeira Modernidade. Os artigos apresentam uma grande diversidade metodológica e também analítica, sendo que alguns correspondem a sínteses de trabalhos já elaborados e outros abrem caminhos para investigações em curso ou apenas começadas.

A temática da conversão dos judeus ibéricos surge espelhada em dois capítulos que sintetizam a historiografia e as principais dinâmicas da investigação actual. Por um lado, David Graizbord centra-se no momento crucial da violência anti-judaica

na Península Ibérica nos séculos XIV e XV (seguindo aqui os trabalhos de David Nirenberg), passando depois à expulsão de 1492 e à introdução da Inquisição em território castelhano-aragonês. Em paralelo, o autor analisa o “modelo português”, desde 1497 até ao desenvolvimento da ideia de “nação” nos espaços diaspóricos, muito vinculada a contextos mercantis e comerciais. É precisamente sobre a “nação” que incide o capítulo de Yosef Kaplan, em que o autor retoma muitos dos tópicos de trabalhos anteriores. Partindo de conceitos como os de “disciplina” e “dissidência”, o autor integra a experiência da diáspora sefardita ocidental na complexa estrutura de uma Europa confessional que emerge plenamente a partir do século XVII. Uma parte do texto é também dedicada à análise da estrutura e dos papéis de liderança das comunidades da diáspora como Amesterdão – o seu caso de estudo fundamental – mas também Livorno, Londres, Hamburgo ou – já nos espaços imperiais – Curaçau e Suriname. Teria sido interessante que, nesta secção, se desse mais relevância à dinâmica e estruturas das comunidades e experiências da vida judaica em contextos extra-europeus. Mesmo no caso dos cristãos-novos de origem ibérica, a compreensão da sua dispersão à escala global, passa por analisar não só os espaços europeu e o eixo Atlântico, mas também os espaços africanos (com realidades que já contam com alguns estudos como as da Senegâmbia e da actual Etiópia) e asiáticos (por exemplo, com os casos dos em entrepostos comerciais no Golfo Pérsico e Índia).

Apesar da grande diversidade desta parte da obra, é possível identificar e destacar alguns blocos nos quais se organizam os capítulos. Assim, as expressões de espiritualidade e mística judaicas congregam dois artigos de síntese e centrados numa ampla cronologia, abrangendo os finais do século XV até 1815: Lawrence Fine detém-se nos universos cabalísticos, da Península Ibérica ao leste da Europa; J. H. Chajes traça uma panorâmica sobre magia, misticismo e religiosidade popular. Complementando estas visões mais gerais, Matt Goldish dedica o seu capítulo a um dos episódios mais fracturantes no seio das comunidades judaicas europeias da segunda metade do século XVII: a eclosão de Sabbatai Zevi e do movimento sabataísta, com uma reavaliação historiográfica sobre as expectativas e desilusões geradas pelas vicissitudes desta experiência messiânica.

A dimensão económica das comunidades judaicas é tida em conta no planeamento da obra mas, em nosso entender, parece ter uma presença muito circunscrita nesta segunda parte. O capítulo de Lois C. Dubin revisita o conceito de *Port Jews*, procurando, após uma definição do “estado da arte” sobre a temática, problematizar e revalorizar uma realidade que parece ser de grande importância nos ambientes cosmopolitas e mercantis das cidades portuárias. No entanto, se é notória a centralidade do eixo atlântico de Londres, Amesterdão ou Antuérpia, bem como de cidades/portos com grande pujança no século XVIII, como Trieste, Bordéus ou Livorno, fica a faltar aplicar o conceito a um eixo mais amplo, expandindo, uma vez mais, a análise para fora da Europa,

por exemplo, através da passagem dos portos italianos para uma zona mais oriental. No entanto, para além deste capítulo, seria interessante que a obra contemplasse com maior detalhe a diversidade de realidades económicas das comunidades judaicas da Modernidade, recuando a cronologia ao século XVI e, sem dúvida, inserindo outros contextos geográficos na problematização.

A educação, ciência e produção escrita ocupam também algumas secções desta parte. Contempla-se a educação dentro das congregações de diversos espaços geográficos (Marc Saperstein), a cultura rabínica e o estudo dos textos sagrados (Jay R. Berkovitz), um ensaio sobre a tendência historiográfica recente da “Jewish Book History” que, nas palavras do autor Emile G. L. Schrijver “is more than the history of Jewish book, *stricto sensu*. In the past half-century, the study of the Jewish book has developed from a traditional, descriptive bibliographical discipline into an independent field of research in which the book is studied as an expression of Jewish culture and as an instrument for the transmission of Jewish and non-Jewish knowledge” (p. 291). Parte desta conexão entre ambientes judaicos e cristãos sobre o texto escrito é também explorada por Theodor Dunkelgrün, num capítulo sobre o interesse e o contacto dos intelectuais cristãos – muitos dos quais, humanistas do século XVI – com as letras e a cultura hebraicas.

O judeu-espanhol e o *yiddish* têm a atenção de dois capítulos da autoria, respectivamente, de Matthias B. Lehmann e de Jean Baumgarten. Ambos os capítulos centram-se na tensão entre continuidade

e mudança, apresentando uma análise diacrónica destas línguas, bem como as adaptações e mutações que sofreram nos diferentes espaços em que se implementaram. As línguas aparecem aqui como elementos de unificação e de coerência em contextos de crise e de dispersão: “the vernacular provided structure and played a unifying role” (p. 280). No caso dos sefarditas, a dinâmica histórica pós-expulsões, motivou uma constante relação da língua falada nos espaços da diáspora – sobretudo na bacia do Mediterrâneo e nos espaços do Império Otomano – com o passado medieval judaico na Península Ibérica. Muitos investigadores têm dedicado os seus trabalhos a esta relação, destacando que “parts of the Sephardic *romancero* can indeed be traced back to medieval Iberian sources” e que outras partes “were adapted from the folk traditions of the various non-Jewish contexts of the Sephardic Diaspora” (p. 259). Com múltiplos exemplos de produção escrita nestes idiomas ao longo da Época Moderna, os dois textos acompanham as mudanças linguísticas, mas também culturais e sociais, num processo que culminou com o movimento de secularização do século XIX.

Os dois últimos capítulos desta segunda parte concentram-se na análise de experiências artísticas dentro das comunidades judaicas. Marc Michael Epstein dedica-se às artes visuais, começando com uma problematização sobre o uso da imagem no judaísmo e os conflitos em torno às restrições impostas. Segue-se uma abordagem genérica desde a arte de iluminação de manuscritos até à arte sinagagal numa geografia muito centrada no

leste da Europa, mas com breves incursões nos contextos da diáspora sefardita, de Espanha e das cidades italianas. Por seu turno, Edwin Seroussi aborda o conceito de música dentro do judaísmo, analisando várias das suas expressões, tanto no mundo sefardita como no asquenazita. O autor centra-se em casos de estudo distribuídos por distintas áreas geográficas (Nordeste de Itália, pp. 724-726; Alemanha, pp. 726-728; judeus portugueses em Amesterdão, pp. 728-729; Europa de Leste, pp. 729-730; Império Otomano, pp. 730-733).

A terceira e última secção abrange o período compreendido entre 1650 e 1815 e segmenta a abordagem sob um critério geográfico. Doze dos catorze capítulos que compõem esta parte focam comunidades vinculadas a espaços específicos, começando pela Europa – Alemanha (Deborah Hertz), os territórios sob domínio Habsburgo (Michael K. Silber), a Comunidade Polaco-Lituana (François Guesnet), Itália (Francesca Bregoli), Holanda (Bart T. Wallet e Irene P. Zwiep), França (Jay R. Berkovitz) e Grã-Bretanha (Todd Endelman) – com uma passagem pelo Império Otomano (Joseph R. Hacker) e seguindo para o continente americano – Caraíbas e Brasil Holandês (Wim Klooster) e América do Norte (William Pencak) – África e Ásia (Tudor Parfitt) e Irão (Vera B. Moreen).

A evidente prioridade concedida ao mundo ocidental, em particular às comunidades judaicas estabelecidas nos centros europeus, peca por negligenciar outros espaços da diáspora, alguns sem espaço neste volume. Um exemplo é o

Magrebe. No capítulo “The Jews of Africa and Asia (1500-1815)”, Tudor Parfitt tem a ingrata tarefa de sintetizar em pouco mais de vinte páginas a história de três séculos de presença judaica em dois continentes. Iémen, Etiópia, África Ocidental, África Meridional e as Índias britânica e portuguesa são os espaços abordados pelo autor, sempre com a brevidade exigida pelo carácter sintético do capítulo. Logo nas primeiras linhas, Parfitt reconhece a existência de “the great centers of Jewish life along the North African litoral and in the Near and Middle East”, os quais esclarece de imediato que, com a excepção do Iémen, “will not be the concern of this chapter”, decerto na expectativa da inclusão na obra de capítulos autónomos reservados a estas regiões.

Apenas voltamos a encontrar o Norte de África enquadrado no conjunto do Império Otomano no capítulo assinado por Joseph R. Hacker. Tal como Vera Moreen no seu estudo sobre os judeus no Irão, Hacker debate-se com o problema essencial da cronologia. Os limites cronológicos e as transformações que definem a Idade Moderna no mundo ocidental judaico não têm necessariamente reflexo noutras geografias, em particular na história da presença judaica no Próximo e Médio Oriente. Refere Hacker, “as regards Jews in the Otoman Empire, their legal status, relationship to the government and to the surrounding society, their economic activities, cultural outlook, and lifestyle did not undergo a radical alteration during this period” (p. 831). Assim, o autor centra a sua análise no período compreendido entre dois marcos: a década de 80 do século XVI,

aceite pela historiografia como o início de um período de transição no mundo otomano, e 1839, ano do decreto *Hatt-i Şerif Gülhane*, do qual emergiu uma intenção de eliminar as das desigualdades legais entre muçulmanos e não-muçulmanos. Moreen compreende a sua análise numa época contida entre dois momentos da história do Irão que determinaram e foram determinados pela evolução das comunidades judaicas durante esta fase: as conversões forçadas à vertente xiita do Islão durante o reinado de Shāh Isma‘īl (1501-1524) e o caminho até à parcial igualdade civil das minorias iranianas no tempo de Nasir al-Dīn Shāh (1848-1869).

A cronologia constitui um problema fundamental neste volume – como a própria introdução o deixa antever – e inspira algumas das abordagens empreendidas nesta terceira parte, inclusivamente as que focam as comunidades da Europa ocidental. Alguns autores optaram por uma aproximação aos respectivos temas partindo de um problema central: onde se encontram nesta “fase de transição” (e o conceito anglo-saxónico *Early Modern* preza-se a esta ideia de algo que antecede uma nova era) as sementes da Idade Contemporânea judaica?

Vejamos alguns exemplos. “How Jewish life changed during the early modern era in the lands that later became Germany is pertinent for our understanding of the causes of Nazism” (p. 739) é a questão inicial colocada por Deborah Hertz no seu capítulo sobre os judeus no território da actual Alemanha. A autora reflecte sobre a forma como a progressiva aculturação e assimilação da população judaica derivou na emergência

de um ódio que evoluiu do plano religioso para o racial. Jay R. Berkovitz alicerça o seu artigo na demonstração de como as mudanças vividas pelos judeus franceses após a Revolução plasmaram paradigmas emergentes durante o *Ancien Régime*, como a dicotomia entre rural e urbano, o impacto da secularização, o crescente poder dos leigos no governo comunal e o papel desempenhado pelo ritual religioso na formação das identidades colectivas e individuais. Centrando-se no caso da Grã-Bretanha, Todd M. Endelman recupera a ideia defendida em *The Jews of Georgian England* (1979) – que as transformações na vida judaica no período compreendido entre a readmissão (1656) e o fim das guerras napoleónicas aconteceram à margem da inovação intelectual – e propõe uma releitura sobre a transição da modernidade para a contemporaneidade na história judaica: “In short, the history of Anglo-Jewry in the eighteenth century reopens the question of what drove the transformation of European Jewry at this time” (p. 969). Também é no século XVIII que Bart T. Wallet e Irene E. Zwiép encontram a chave para o seu capítulo “Locals. Jews in the Early Modern Dutch Republic”, centrando a sua análise no período entre as duas épocas que mais interesse têm atraído por parte da historiografia – a chamada “Era Dourada” dos sefarditas de Amesterdão e a Emancipação no século XIX – “treating it neither as a continuation or prefiguration of other, more exciting epochs, nor as a period to be studied in splendid isolation”, mas sim como “a hybrid, transitory period

that demands to be addressed in its own terms” (p. 898).

Este constante exercício de olhar para trás e para a frente (“looking backward and forward”, parafraseando o título do último capítulo do livro) alicerça os dois estudos com que o volume encerra. No primeiro, Adam Sutcliffe reexamina as origens da Emancipação Judaica, explorando os seus antecedentes, contextos e prenúncios durante o período moderno numa perspectiva comparativa em que cruza diferentes geografias, mas com particular ênfase na Europa Ocidental. Entendendo a Emancipação como um fenómeno multifacetado e com diferentes nuances locais, Sutcliffe conclui que a integração cultural, encetada pelas elites judaicas, antecedeu as mudanças legais e ideológicas, suscitando uma reconsideração sobre o lugar dos judeus nas sociedades europeias que colocou a questão do seu estatuto e direitos nas agendas políticas. Nas suas palavras, “the social and political place of Jews was established most fundamentally in their lived encounters with their non-Jewish neighbors” (p. 1086).

A concluir este volume, encontramos David Ruderman a revisitar a problemática da definição da “Idade Moderna judaica” já debatida na sua obra *Early Modern Jewry: A New Cultural History* (2010) e a questionar a sua relação com a era que precede. Continuidade ou ruptura? Revendo a historiografia que assumiu o desafio de apresentar uma visão de conjunto sobre este período, Ruderman encontra a chave para a sua interpretação no conceito de “connected histories” definido por Sanjay Subrahmayam. É contemplando

as trocas culturais entre diferentes grupos e comunidades que se encontram as directrizes de uma experiência cultural comum, sem negligenciar as diferentes identidades locais e regionais. Assim, Ruderman avança com a proposta de cinco elementos que definem este período enquanto um todo: a crescente mobilidade que reforçou os contactos entre judeus e não-judeus; o maior sentido de coesão comunitária; a “explosão de conhecimento” (“*knowledge explosion*”) provocada pela imprensa; a crise da autoridade rabínica; e o esbatimento das identidades religiosas, no qual inclui, entre outros, o fenómeno converso, o sabataísmo e o hebraísmo cristão. Passando para a transição da Idade Moderna para a Contemporaneidade, o autor questiona até que ponto o movimento da *Haskalah* deve ser considerado um marco definidor desta fronteira cronológica. Ruderman entende-o como um fenómeno situado essencialmente no panorama dos judeus alemães e, posteriormente, com reflexo na Europa do Leste – aliás, a crítica à tentativa de situar a *Haskalah* no contexto inglês já havia dado o mote à sua obra *Jewish Enlightenment in an English Key* (2000). Por isso, considera redutor restringir a transição entre a era moderna e a contemporânea a este movimento, preferindo frisar antes a emergência de um novo panorama político e social no rescaldo do período revolucionário que desafiou as comunidades judaicas a uma mudança. Novamente a questão: continuidade ou ruptura? A resposta não é categórica, mas instiga a uma reflexão que só pode ser profícua: “in aligning the early modern with

the modern, carefully tracing the evolution of one to the other, while discerningly noting their convergences and divergences, the myth of a radical modernity itself is called into question” (p. 1107). Consideramos que é na desconstrução deste mito com que Ruderman encerra o sétimo volume de *The Cambridge History of Judaism* que reside o maior mérito de grande parte dos estudos que o compõem, perspectivando as várias dimensões e geografias da Idade Moderna judaica a partir do ponto de chegada.

CARLA VIEIRA

CHAM / NOVA FCSH

Cátedra de Estudos Sefarditas

Alberto Benveniste

SUSANA BASTOS MATEUS

CIDEHUS / UÉvora

Cátedra de Estudos Sefarditas

Alberto Benveniste

CEHR / UCP